

Lições de Gravelina: violência fatal contra a mulher*

por *Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams***

Violência

A porta bruscamente aberta.
Morto o poema.
Imóvel a tarde.

(Ana Cecília de Souza Bastos,
"Uma Vaga Lembrança do Tempo")

A primeira vez que ouvi falar em Gravelina foi em 1998 quando iniciei um projeto de intervenção a vítimas de violência na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de São Carlos. Desde então tal projeto atendeu mais de 250 pessoas, sendo a clientela geralmente assim distribuída: 60% dos casos atendidos são referentes a mulheres, (em sua maioria vítimas de agressão física por parte do parceiro), 30% dos clientes referem-se a crianças ou adolescentes (também vítimas de tipos diversos de violência, em geral intrafamiliar) e, finalmente, cerca de 10% dos casos atendidos referem-se a homens que são, vida de regra, os agressores.

Além do objetivo de intervenção psicológica a clientes e de capacitação do futuro psicólogo para intervir na área de violência doméstica, o programa visa desenvolver projetos de pesquisa que analisem formas sistemáticas de se combater e prevenir a violência. Assim sendo, uma das atividades previstas consiste em prestar assessoria aos profissionais da área, como por exemplo às policiais da Delegacia da Mulher.

Nossa primeira iniciativa formal nesta direção, foi a de oferecer uma oficina às policiais (Williams, Gallo, Maldonado, Brino & Basso, no prelo), dentro do campus universitário, intitulada "*Aspectos Psicológicos da Violência*", uma vez que as funcionárias da DDM se queixavam do atendimento inadequado dado às usuárias, em decorrência da falta de preparo de sua formação na Academia de Polícia.

Para planejar a oficina, entrevistei cada uma das cinco policiais que atuavam na DDM, perguntando detalhes sobre o seu trabalho, sua formação como policial e qual teria sido a principal motivação em optar por esta escolha de carreira. Quando eu estava entrevistando uma das escrivãs, ao perguntar sobre fatos ou dificuldades que marcaram sua carreira na DDM, ela me resumiu a estória de Gravelina.

Disse-me que há um certo tempo atrás, uma mulher havia vindo à Delegacia, com um bebê, após ter sido liberada do hospital onde havia ficado internada por agressões realizadas pelo marido. As agressões haviam sido graves - a ponto ter sido necessária uma internação - e a policial preocupou-se com o fato de a mulher voltar para sua casa. Ao comentar isto, a vítima mencionou que não tinha outro lugar para ir e, além do mais, estava preocupada com seus outros filhos que haviam ficado com o parceiro. Ela estava sem dinheiro para o transporte e a delegada, juntamente com as outras policiais, sentindo-se solidárias com a vítima, coletaram uma quantia de dinheiro suficiente para a vítima voltar para casa de táxi.

Neste ponto, a policial não se conteve e ficou com lágrimas nos olhos, dizendo que naquela mesma noite a mesma mulher viria a ser morta a pauladas pelo marido. A escrivã acrescentou que o corpo só foi descoberto, pela polícia, na manhã seguinte. O que mais chocou a cidade, foi o fato de que junto ao corpo inerte, estava o bebê que,

*-Uma versão resumida deste texto foi apresentada em palestra durante o Curso de Capacitação a futuros Conselheiros Tutelares organizado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, São Carlos, agosto de 2000.

horas depois do crime, ainda sugava o seio da mãe morta. A policial sentia-se particularmente culpada por ter arrecadado o dinheiro para a vítima ir para o local menos seguro possível - sua própria casa.

A escrivã desculpou-se por haver chorado, afirmando que não ficava bem a uma policial manifestar-se desta forma. Comentei que sua reação era perfeitamente justificável e, que a atuação de um profissional sensível ao sofrimento da vítima, fazia parte da filosofia original que concebera a própria criação da Delegacia da Mulher.

Desde esta ocasião não mais esqueci a história de Gravelina. Em nossa atuação oferecendo atendimento psicológico a vítimas na Delegacia, sentíamos a premência da criação de uma Casa-Abrigo que acolhesse mulheres correndo risco fatal de violência doméstica, e seus respectivos filhos. A Casa-Abrigo é considerada por atuantes da área como uma estratégia para salvar vidas (Soares, 1998). Como São Carlos não possuía uma Casa-Abrigo, embora tivesse um anteprojeto em trâmite na Câmara de Vereadores, nosso projeto tinha um acordo informal com a Secretaria de Promoção e Bem-Estar Social do Município para abrigar temporariamente, em um hotel da cidade, mulheres e crianças correndo risco fatal de violência. Usamos essa estratégia apenas em algumas ocasiões, cientes de que o ideal seria uma Casa-Abrigo com uma equipe preparada para lidar com uma situação de risco emergencial.

Seria uma justa homenagem dar o nome da mulher que havia morrido com seu bebê no colo para uma futura Casa-Abrigo em São Carlos, e cheguei inclusive a fazer tal proposta em palestra na Câmara de Vereadores em 1999, por ocasião da celebração do Dia Internacional da Mulher.

No entanto, era difícil descobrir o nome desta vítima - a policial não se lembrava exatamente do ano em que o fato ocorrera, e por ter sido hospitalizada, seu prontuário não havia passado pela DDM.

Minha busca foi encerrada no ano passado, quando tive oportunidade de ministrar um curso sobre *Direitos Humanos - A questão da violência contra a mulher* - organizado pelo Núcleo Cidadania da Pró-Reitoria de Extensão da UFSCar. Um dos objetivos práticos do curso era desenvolver projetos preventivos na área da violência de gênero e, assim sendo, um grupo de alunos optou por analisar e viabilizar a questão da criação da Casa-Abrigo em São Carlos. Uma das vantagens do curso foi o fato de termos, dentre os alunos, diversos advogados atuantes na cidade, preocupados com a questão da violência de gênero.

Assim sendo, o grupo em questão conseguiu obter a cópia do processo da vítima que tanto ouvira falar a respeito¹. A história que passo a narrar foi compilada a partir dos dados contidos no processo, com a ressalva de que se trata de uma história falha e incompleta, pois Gravelina, sua personagem principal, não pode narrar sua própria versão dos acontecimentos.

Gravelina tinha 40 anos de idade quando foi morta, em 1997, em São Carlos, por seu parceiro Leonel, com 42. Gravelina nascera em uma outra cidade do estado de São Paulo e, como muitos brasileiros, tanto ela como Leonel não tiveram oportunidade de estudar muito, tendo ambos o primário incompleto. Ela trabalhava como faxineira e ele como soldador.

Gravelina casou-se aos 17 anos com Argeu e, desse relacionamento, nasceram quatro filhos: A. e B. do sexo masculino e, C. e D. do sexo feminino, tendo estes, na ocasião da morte da mãe, respectivamente, 23, 21, 19 e 14 anos. A. e C. já haviam casado, sendo que Gravelina era avó de um bebê de oito meses, filho de C.

Leonel também havia sido casado antes de conhecer Gravelina, tendo três filhos neste casamento: dois morreram, restando somente um. Leonel nascera em uma cidade do Paraná, mas sua família mudara-se há certo tempo para São Carlos.

Leonel relata no processo que conheceu Gravelina em um clube na cidade natal de Gravelina, ocasião em que conversaram - ela contou sobre os problemas que enfrentava com Argeu e, em contrapartida, Leonel contou-lhe sobre os seus próprios problemas. Logo começaram a namorar e Gravelina ficou grávida de E., um menino que tinha cinco anos quando sua mãe morreu.

Depois de três ou quatro meses do nascimento de E., Gravelina engravidou novamente. Desta vez nasceram gêmeos - F.



1 - Agradeço em especial a Dra. Rosa Maria Novais pelo empenho em obter cópia do processo 08/98 do Poder Judiciário da 1ª. Vara Criminal de São Carlos.

(um menino) e G. (uma menina), com quatro anos de idade. Finalmente, nasceu H., a caçula dos oito filhos de Gravelina. H. tinha um ano e meio quando sua mãe foi morta e era o bebê encontrado a seu lado.

Como não é difícil de se imaginar, Gravelina não foi feliz em seu relacionamento com Leonel. Ela narrou a uma assistente social em sua cidade natal, um mês e meio antes de morrer, que seu companheiro era uma pessoa violenta, tendo agredido-a em várias ocasiões - ela foi atendida por diversas vezes no S.O.S. Mulher daquela cidade.

Um dos pontos de atrito do casal era que Leonel parecia ter ciúmes de D., a filha do primeiro casamento de Gravelina, com 14 anos de idade, não querendo que ela morasse com a mãe. Entretanto, Gravelina explicava à assistente social que precisava trabalhar como faxineira pelo fato de Leonel estar desempregado e, sendo assim, necessitava que D ajudasse a "criar as crianças pequenas".

Ao que tudo indica, em uma ocasião, Leonel veio para São Carlos trazendo seus filhos, alegando a Gravelina que os estava trazendo para visitar os avós paternos. Na realidade não foi bem isto que Leonel fez em São Carlos. Ao invés, solicitou abrigo para as crianças junto às autoridades, alegando que Gravelina não tinha condições de criar seus filhos e que ela maltratava H. Quando a situação foi esclarecida, Gravelina conseguiu novamente a guarda das crianças e retornou para viver em um cômodo, no fundo do quintal da casa dos pais.

A vida de Gravelina continuava, entretanto, muito difícil. H foi diagnosticada como tendo um problema cardíaco e necessitou fazer uma série de exames. Em uma ocasião em que Gravelina estava em uma Unidade de Especialidades de Saúde para que H fizesse um eletrocardiograma, Gravelina sofreu uma queda, tendo com isto fraturado o braço esquerdo que necessitou ser engessado, precisando, subsequente, de um tratamento de fisioterapia. Por esta razão, Gravelina ficou impossibilitada de trabalhar como faxineira, podendo somente contar com a ajuda financeira dos pais, já idosos, e de uma organização religiosa.

Foi, então, que Leonel escreveu-lhe e sua proposta parecia tentadora. Ele dizia estar empregado e construindo uma casa no bairro de Antenor Garcia, em São Carlos. Leonel oferecia-se para receber de volta Gravelina e seus filhos. Ela procurou, então, esquecer-se das agressões antigas de Leonel, informando à assistente social de sua cidade natal, que não tinha outra alternativa a não ser tentar a vida a dois novamente.

Gravelina ainda estava sendo monitorada em consequência à grave denúncia de Leonel, que resultara no abrigo temporário de seus filhos em São Carlos. A assistente social escreveu no dia 28 de janeiro em seu relatório: "*Nos dois momentos nos quais esta (Gravelina) se apresentou neste setor, as crianças se apresentavam de uma forma simples mas vestidas adequadamente. Possuem aparência saudável, embora a criança H., segundo a genitora, é portadora de problema cardíaco*". (p.184).

Fico pensando se Gravelina gostava mesmo de ser chamada por tal nome ou se preferia Terezinha, seu segundo nome. Digo isto porque há, em seu processo, uma cópia de um bilhete escrito por Leonel, no ano em que eles se conheceram. O bilhete, escrito com uma letra que reflete sua pouca escolaridade, dizia, entre outras coisas:

"Terezinha nunca pensei que você fosse ter desconfiança de mim. De tanto que eu gosto de você, eu nunca tive coragem de te trair. (...) Este presente é com muito amor e carinho, quero que você guarde com muito amor dentro do seu coração. Te amo, te adoro, te desejo muito.

Fim.

De= Lê Para= Té"

A partir do final do mês de janeiro, quando Gravelina ainda estava em sua cidade sendo acompanhada pela assistente social, os eventos se precipitaram rapidamente até sua morte. Ela mudou-se com as crianças para a casa que Leonel construía em São Carlos - se é que pode ser chamado de casa uma moradia minúscula de um só cômodo, sem banheiro ou cozinha, que abrigava uma família de seis pessoas. Os conflitos entre o casal devem ter logo se reiniciado.

No dia 27 de fevereiro de 1997, Leonel compareceu ao Conselho Tutelar da cidade



de São Carlos (C.T.), onde descreveu a situação de conflito que o casal vivia. Solicitou creche e escola para seus filhos e uma visita a residência para "*conversar com sua esposa*". Segundo relatório do Conselho, esta visita não foi possível pois a entidade estava sem condução.

Por uma coincidência, a conselheira que o havia atendido encontrou-se com Leonel em um ônibus, transcorridos alguns dias de sua visita ao C.T. Leonel voltou a fazer o pedido para a conselheira, acrescentando que, se não tomasse as devidas providências, iria matar a esposa. A conselheira solicitou "*paciência pois a situação da condução do Conselho Tutelar estava na mesma e assim que fosse normalizada, seria feita a visita*" (p. 71).

No dia nove de março de 1997, no final da tarde, Leonel desentendeu-se com Gravelina e a espancou, brutalmente, com uma tábua e um martelo. Em seguida, ele foi para casa de sua mãe, onde deixou seus três filhos maiores, sendo que a pequena H. ficou com Gravelina.

O vizinho, Rubênio, relata em depoimento que conhecia Leonel há pouco tempo, não sabendo nada a respeito da convivência do casal. Neste dia em questão, narra que uma outra vizinha pediu que ele fosse socorrer Gravelina, que estaria sendo agredida pelo marido. Embora temeroso, Rubênio viu Gravelina sair de sua casa e correr para a casa de um outro vizinho, sendo que Leonel corria atrás dela segurando, nas mãos, um martelo. Em seguida, Rubênio relata que Gravelina veio até ele, pedindo ajuda. Ela estava ferida na cabeça, onde sangrava muito e tinha nos braços, sua filha menor. Leonel veio logo atrás e pedia a Rubênio que não socorresse a vítima. Rubênio chamou a ambulância e Gravelina foi socorrida. Leonel voltou, então, para a casa, e de lá saiu com as três crianças menores.

O depoimento de Leonel a respeito deste episódio diz que ele chegou em casa naquele domingo e passou a cortar o cabelo das crianças, ocasião em que Gravelina se irou, passando a questionar se os parentes dele levavam os filhos ao cabeleireiro. Aquela história, segundo contou, foi "*atormentando sua cabeça*" e ele tentava acalmar Gravelina. Afirmou que era comum Gravelina "*judiar das crianças*" quando ia dar banho, visto que elas choravam e ela batia na cabeça dos filhos. Ainda segundo ele, enquanto cortava o cabelo de E., deparou com um ferimento na cabeça do garoto e, indagado, o garoto disse que a mãe havia batido nele com um pedaço de pau, na semana anterior, embora, em seu depoimento Leonel não tenha sido capaz de dizer a razão pela qual Gravelina agredira seu filho.

Leonel relata que foi, então, falar com Gravelina sobre o ferimento e "*ela respondeu que dali para frente iria matar todo mundo*". Diante dos insultos, Leonel afirmou não suportar mais, perdendo a paciência - sacou, então, uma ripa, partindo a desferir golpes e ferindo sua mulher.

Leonel prossegue afirmando que chegou com os filhos na casa da mãe, comentando que havia machucado Gravelina, "*não sabendo se tinha matado ou não sua mulher*". Mais tarde, voltou para casa, não encontrando Gravelina, que estava hospitalizada. Foi, então, avisado para não permanecer ali "*pois a polícia estava atrás dele*". Voltou, em seguida, à casa de sua mãe e acabou pernoitando fora de casa.

No dia seguinte, dia 10 de março, Leonel compareceu por volta das 9:30 da manhã no setor de Serviço Social do Fórum, Vara da Infância e da Juventude, acompanhado de E. A assistente social anotou em seu relatório que a criança tinha a camiseta toda manchada de sangue. Leonel apresentava-se muito nervoso, solicitando ajuda para que conseguissem um advogado para defendê-lo e relatou ter espancado sua mulher com uma tábua e um martelo. Leonel afirmou que sua esposa estava muito ferida e que ele acreditava que ela estivesse até sem vida.

A assistente social telefonou para a Santa Casa e foi confirmado que Gravelina havia sido atendida naquela instituição e que a mesma havia sido dispensada no mesmo dia.



A assistente social acionou o Conselho Tutelar para verificar se eles estariam com H., mas o C.T. informou que nada sabiam do ocorrido. Segundo o relatório do Conselho Tutelar, nesta ocasião este órgão teria sido solicitado, pela terceira vez, para ir a casa de Gravelina mas, novamente, por falta de transporte isto não fora possível.

Leonel foi encaminhado para o juiz que procurou orientá-lo, inclusive sugerindo abrigo para as crianças como medida de proteção, mas Leonel não concordou com a sugestão.

Leonel foi, então, aconselhado pelo Serviço Social a permanecer em casa de sua mãe até que "*os ânimos fossem acalmados*". Alegou que precisava pegar uns instrumentos de trabalho em sua casa e foi, então combinado, que naquele mesmo dia, ou no dia seguinte, a assistente social iria até a casa do casal para ver como estavam Gravelina e H. e entregar os instrumentos de trabalho a Leonel.

Na Santa Casa, Gravelina recebeu curativos, enfaixaram-lhe a mão e cabeça. Levou, no total, 14 pontos de sutura. Foi, então, orientada a fazer Exame de Corpo de Delito na manhã seguinte. Gravelina compareceu em tal data na Delegacia da Mulher, pensando que o exame deveria ser feito nesta entidade. Foi informada pelas policiais que o exame deveria ser feito no Instituto Médico Legal. Quando soube que era um lugar distante, mostrou-se desanimada porque não tinha dinheiro. A delegada, segundo o processo, deu-lhe uma nota de dez reais para que ela fosse até o local do exame.

Ainda segundo o processo, foi perguntado a ela na DDM se precisaria voltar para casa, já que seu marido ainda estava desaparecido e seria perigoso encontrá-lo. Ela respondeu que não tinha outro lugar para ir e, de qualquer maneira, estava ansiosa para voltar para casa porque não tinha notícia de seus outros filhos.

O exame de corpo delito informou que Gravelina teve equimoses e hematomas no couro cabeludo, cotovelo esquerdo, dorso direito e punho esquerdo, sofrendo lesão corporal de natureza **LEVE**.

Gravelina voltou para casa no fim da tarde, antes porém passou na casa de Rubênio, agradecendo-lhe por ter sido socorrida. Leonel relata que, apesar de ter permanecido em casa de sua mãe com os demais filhos, resolveu ir até sua casa na manhã seguinte, por volta das seis da manhã, pois queria conversar a respeito de H. Relatou ter se armado com uma marreta velha e usada, caso Gravelina o ofendesse ou "*partisse para cima dele*".

Segundo ele conta, Gravelina abriu a porta e o ofendeu, acusando-o e tentando agredi-lo com um martelo. Ele, então, desferiu golpes com a marreta na cabeça de Gravelina. Com os gritos, H. acordou. Leonel relata que colocou então Gravelina sobre a cama, pondo a pequena H. em cima do corpo da mãe. Em seguida, Leonel pulou o muro e escondeu-se num matagal, após ter limpado a marreta.

Por volta das 11 horas, a assistente social do Fórum foi até a casa da mãe de Leonel e esta lhe informou que o filho tinha ido trabalhar. A assistente certificou-se que E., F. e G. estavam com a avó, avisando-lhe que as arrumassem porque, logo após contatar Gravelina, iria levá-los para um abrigo. Foi então à casa de Gravelina onde não parecia haver ninguém. Conversou com o vizinho que lhe informou que Gravelina deveria estar em casa pois havia chegado do hospital na tarde anterior e não a vira sair novamente. A assistente social deixou uma notificação para que o vizinho entregasse a Gravelina.

Por volta das 11:30 é chamada uma rádio patrulha para ir até a casa de Gravelina. Um vizinho afirmou que escutou uma criança chorar muito e, ao tentar examinar pela janela, viu o corpo de Gravelina. Ao arrombar a porta, os policiais encontraram Gravelina



morta, vestida com jeans, deitada sobre a cama, com um grande ferimento na cabeça - sobre seu corpo inerte estava H., que sugava o seio da mãe. Quando foram retirá-la, consta no processo, que a criança chorou muito, sendo difícil removê-la de junto do corpo de Gravelina.

Finalmente o Conselho Tutelar pode comparecer à casa de Gravelina - desta vez para pegar H. e abrigá-la.

No julgamento de Leonel, sua versão de que Gravelina teria aberto a porta para ele foi contestada já que a casa estava trancada. A tese de que o crime havia sido em legítima defesa também caiu por terra, uma vez que Leonel não apresentava nenhum tipo de ferimento ou escoriação. Ele afirmou que Gravelina "*tinha uma vingança*" com ele, dizendo que iria "*andar pelada e arrumar homem na sua frente. Iria fazer o que queria, igual o que ela fez com o primeiro marido, iria fazer com ele*" (p.2).

Leonel afirmou que, durante todo o tempo que ficou separado de Gravelina, nunca mandou ajuda financeira para seus filhos porque Gravelina *não queria sua ajuda*. Afirmou estar muito arrependido de ter matado sua mulher. Sua pena foi atenuada por ter confessado espontaneamente o crime, sendo considerado homicídio simples e não qualificado. Leonel foi condenado a sete anos de cadeia em regime semi-aberto. Em fevereiro de 2000, ele recebeu indulto por ter cumprido um terço da pena.

O que aconteceu aos quatro filhos do casal?

Em novembro de 1997, C., a terceira filha de Gravelina, informou à Vara da Infância e Juventude de sua cidade natal que as crianças estavam abrigadas desde a morte da mãe. C. relata que não os visita porque "*para ver e não trazer prefiro não ir*". Relatou também que ninguém da família procurou as crianças, que só saem a passear com um casal de voluntários.

As crianças foram abrigadas na cidade natal de Gravelina a pedido de familiares e do Juiz da Infância e da Juventude, já que em São Carlos encontravam-se em albergue de adultos. C., de vinte anos, foi quem originalmente trouxe os irmãos de São Carlos e não pode ficar com os quatro devido ao seu "*abalado estado psicológico*" e ao fato de já possuir um filho de oito meses. Nenhum parente se dispôs a educar as crianças - C. esclarece que sua avó materna é muito idosa e não tem condições de cuidar dos netos.

Transcorridos oito meses da morte de Gravelina, E., F., G. e H. ainda não haviam sido informados da morte de sua mãe, no entanto a psicóloga da entidade estava "*iniciando um trabalho neste sentido*". O relatório afirma que H. está sujeita a pneumonias freqüentes, devido a seu problema cardíaco.

Em um relatório da mesma instituição, de maio de 1998 (um ano e 2 meses após a morte de Gravelina), as crianças são assim descritas:

"E., F. e G. estão fazendo tratamento psicológico e são orientados a trabalharem internamente a morte da mãe. E. é o único que não aceita e diz que a mãe está internada em um hospital, e é o que mais sente falta da irmã C., dizendo que ela os deixou no lar e nunca mais voltou. É agressivo, briga com os colegas do abrigo e chora por qualquer coisa. Uma das tias maternas, mostrou interesse em fazer contato com as crianças, mas a psicóloga do abrigo pediu que a mesma aguardasse um período para que as crianças pudessem ser preparadas. Após a visita da psicóloga, a tia não mais procurou qualquer aproximação com as crianças" (p. 78).

Em um relatório de quatro maio de 1998, a psicóloga assim se refere a G: "*é muito*



apático em relação ao mundo em seu redor, esquecimento e desinteresse. Uma auto-agressão muito significativa e desligamento da vida afetiva, uma dificuldade em se ligar principalmente com pessoas adultas (...)" (p.178).

Finalmente, em um relatório do setor técnico de junho de 1998 afirma-se que "*os avós maternos não têm condições de cuidar dos netos devido a problemas de saúde e idade avançada. O casal não consegue desvincular-se de lembranças da filha assassinada e também não apresenta atitude prática para viabilizar o retorno das crianças ao convívio familiar"* (p.178).

Analisando-se a história de Gravelina vê-se que a sociedade brasileira principiou a falhar com a mesma ao permitir que nascesse em extrema condição de pobreza. Soma-se a isto o fato dela não haver conseguido permanecer o suficiente em nosso sistema educacional, sistema este ainda longe de ser justo e adequado. Conseqüentemente, ela não teve a oportunidade de aprender uma profissão que lhe garantisse a auto-suficiência financeira, e, em decorrência disso, ingressou no mercado de trabalho como mão-de-obra não qualificada.

Assim como anualmente ocorre com cerca de um milhão de outras mulheres no Brasil (Takiuti, 1996), Gravelina teve o seu primeiro filho ainda adolescente, o que constitui um fator de risco biopsicossocial para si mesma e seu futuro bebê. Paralelamente, como ocorre com 40% das mães adolescentes (Takiuti, 1996), Gravelina voltou a engravidar a menos de 36 meses da primeira gestação.

Nosso sistema precário de saúde e ensino não permitiu que Gravelina recebesse orientação sobre controle de natalidade de forma a ter domínio sobre o seu próprio corpo e ser capaz de escolher o número de filhos e o momento ideal de concebê-los. Assim sendo, ela acabou tendo uma prole demasiadamente numerosa, bem acima da média de fecundidade dos padrões brasileiros (Kaloustian, 1998). Se para uma mulher com alto nível de escolaridade e boa condição financeira seria difícil educar oito filhos, o que não dizer de uma mulher com curso primário incompleto, mal ganhando o suficiente para se manter?

Ao conhecer Leonel, Gravelina passou a conviver com o drama da violência de gênero, fenômeno mundial de caráter endêmico (Saffioti & Almeida, 1995). Se Leonel tivesse recebido alguma conseqüência punitiva por suas agressões iniciais a Gravelina, que a levaram a procurar o SOS Mulher de sua cidade natal, talvez o desfecho desta história não tivesse sido trágico. O fato é que a violência conjugal não é considerada um delito grave no Brasil. Pelo contrário, mesmo que o delito seja registrado, o que via de regra acontece é a impunidade, fato analisado por pesquisadores da área (Saffioti, 1999) e que temos, infelizmente, confirmado no dia a dia de nossa atuação na DDM. (Williams & Corrêa, 2001).

Cabe acrescentar que se Leonel não foi punido por suas agressões à mulher, tampouco recebeu ajuda médica ou psicológica para que se tornasse menos agressivo. No Brasil, os programas de atendimento a este tipo de agressor ainda são raros - em todo o território talvez haja no máximo meia dúzia de tais programas. (Ormeño & Williams, 2000a).

Gravelina comentou com a assistente social de sua cidade que um dos pontos de atrito entre ela e Leonel era o fato deste ter ciúmes de sua filha de 14 anos, não querendo que ela morasse com a mãe. Ciúme excessivo ou patológico tem sido uma característica freqüentemente encontrada no homem que agride a companheira (Ormeño & Williams, 2000b).

Embora tal ciúme seja doentio e ainda não suficientemente pesquisado está, pelo menos em parte, associado a uma concepção culturalmente inadequada de "sensação de posse" da mulher. Infere-se, em Leonel, um outro traço comum ao homem que agride sua companheira - a crença na superioridade masculina e - conseqüente inferioridade da mulher - apresentando padrões rígidos do que compete ao homem ou à mulher fazer e deixar de fazer. O modelo feminista descreve em detalhes tal padrão ao caracterizar a sociedade patriarcal que nos tem caracterizado. (Saffioti, 1997; Soares, 1998).

É interessante notar que Gravelina justifica à assistente social a necessidade da filha morar com ela para que pudesse trabalhar (uma vez que o parceiro estava desempregado) e, ao fazer isto, ilustra o que ativistas da área chamam de "internalização da opressão" (Sinclair, 1985). Cabe especular que, tal como Leonel, ela acreditava em um papel tradicional à mulher, aceitando de modo passivo a argumentação do companheiro. Morar com a filha, seja deste ou de um outro relacionamento, deveria ser um direito de qualquer pessoa, fato que não precisaria de uma justificativa adicional tal como ajudar a "criar ou outros filhos".

O conflito entre o casal escalou a ponto de Leonel assumir uma atitude de extrema

crueldade, punindo Gravelina da pior forma possível - viajou para São Carlos com as crianças e, ao acusar sua companheira de maus tratos, conseguiu que ela perdesse temporariamente a guarda dos quatro filhos menores. A literatura aponta que esta tática de intimidação da mulher, ameaçando a perda dos filhos - caso típico de violência psicológica - infelizmente é uma prática comum (Sinclair, 1985) e, em nossa atuação clínica, temos constatado tal fato.

É sintomático que Leonel acuse a companheira de maltratar a caçula, dentre os vários filhos, cabendo a possível interpretação de que a escolha de um bebê dificultaria o estabelecimento da improcedência da acusação, já que a criança não poderia confirmar a denúncia. Apesar disto, Gravelina consegue reaver seus filhos embora precise ser acompanhada por uma entidade de apoio e proteção ao menor, que considera a suspeita de maus tratos infundada.

Gravelina tentou viver separada de Leonel, sendo que este não deu apoio financeiro para ajudar no sustento dos filhos. Esta situação logo se mostra inviável. São poucas as mulheres que, ao se separarem do marido, conseguem escapar da queda em seu padrão de vida, o que é descrito por sociólogos pela "feminilização da miséria" (Saffioti, 1995). As dificuldades e estressores são inúmeros - Gravelina voltou a morar com os pais em um só cômodo no fundo do quintal, precisando trabalhar arduamente. Como se não bastasse, sofreu um acidente que lhe impediu de trabalhar, não mais podendo sustentar a família. Sentindo-se acuada em um beco sem saída, não é, portanto, surpreendente que aceite a proposta de reconciliação de Leonel.

Falta de condições financeiras ou de moradia são algumas das principais variáveis descritas na literatura como sendo responsáveis pelo fato da mulher permanecer ao lado de um parceiro agressivo (Sinclair, 1985). Surpreendentemente, alguns profissionais não conseguem compreender esta situação, alimentando o mito do senso comum de que esta "mulher gosta de apanhar". A psicóloga Lucélia Braghini, ao comentar seu livro *Cenas repetitivas de violência doméstica - um impasse entre Eros e Tanatos* após a pergunta por que as mulheres quase sempre acabavam voltando para casa, mesmo sabendo que iam apanhar de novo, responde:

"Por mais incrível que possa parecer e por mais que negassem no plano consciente, elas auferiam gratificações, ainda que patológicas, das surras que levavam dos companheiros. A explicação (...) estaria no grau de desestruturação psíquica das pacientes, elevado a ponto de perpetuar esse 'vínculo sado-masoquista'" (Pereira, 2000, p.12).

A constatação da autora, além de ser baseada em uma metodologia de pesquisa questionável, pois foi apoiada em apenas estudos de caso, é longe de ser verdadeira. Em minha experiência clínica, atendendo centenas de mulheres agredidas pelo parceiro, jamais encontrei uma cliente sado-masoquista. Pelo contrário, as vítimas relatam sentir verdadeiro horror pelo fato de serem agredidas, embora algumas relatem gostar do marido quando ele não as agride, o que em parte já seria suficiente para explicar porque permanecem na relação.

As razões pelas quais as mulheres persistem em um relacionamento abusivo são complexas e múltiplas. Além das variáveis já citadas podemos acrescentar: o medo que as paralisa frente às ameaças do parceiro, a culpa que as oprime, seu estado de desamparo, apatia e depressão que as impede de partir para uma ação efetiva, sua auto-estima estilhaçada, suas crenças e racionalizações inadequadas a respeito da violência (como por exemplo: *mulher merece apanhar, todo marido é violento*); sua genuína preocupação em fazer o que é melhor pelos filhos - *a família ideal é aquela que o pai e a mãe moram debaixo do mesmo teto...* Somando-se a tudo isto, cabe lembrar, vem a falta de opção da mulher por uma moradia a curto prazo (Casa-Abrigo) e a longo prazo também (*como pagar aluguel se o que ganho mal dá para a alimentação?*).

Gravelina voltou a viver com Leonel e, em menos de um mês, o conflito entre o casal - como era de se esperar, pois sabemos que o comportamento violento é aditivo e cresce em ritmo exponencial - torna a se acirrar. Ironicamente, Leonel tenta, a seu modo, conseguir ajuda para a situação, pedindo ao Conselho Tutelar que conversem com sua esposa. Na ótica enviesada de Leonel, Gravelina era a única da família que tinha problemas, logo era ela quem precisava de "uma conversa". Com isto, Leonel ilustra outra característica comum no agressor da mulher - a minimização da culpa. Assim como o alcoolista raramente admite que tem um problema com a ingestão de álcool o homem que agride a companheira raramente admite que tenha um problema em controlar sua agressão

(Sinclair, 1985).

Em nossa experiência atuando na DDM de São Carlos, presenciei apenas um caso em que o agressor admitiu ser agressivo com a mulher. É interessante notar que tal homem tinha poder aquisitivo médio/alto, curso superior, sendo um profissional da área de saúde. No mais, todos os homens com quem conversamos recusaram-se a admitir agressão às companheiras, sendo que às vezes esta recusa chega a beirar o ridículo. Em certa ocasião comentei com um senhor idoso, casado há muitos anos, que sua mulher havia me pedido que conversasse com ele, já que este a agredia. O homem negou peremptoriamente qualquer tipo de agressão. Quando, então, fui específica, dizendo: "*Ela disse que o senhora agride com frequência e uma vez pôs fogo no sofá da sala*". O senhor respondeu: "*Será?!!! Será que eu posso ter feito isto e me esquecido?!!!*"

Apesar do pedido canhestro de ajuda de Leonel ao Conselho Tutelar, tal entidade não pode atendê-lo, fato que é lembrado com muito remorso até hoje por ex-conselheiras. Aquele era o ano de implementação do Conselho na cidade de São Carlos, e a equipe não tinha a infra-estrutura necessária para atender a clientela, estando em vias de se organizar neste sentido. Além disto, imagino que os conselheiros exerciam sua nova função sem o devido preparo ou capacitação para a difícil tarefa que tinham que enfrentar. Isto fez com que as ameaças de Leonel não fossem avaliadas com a seriedade que mereciam. Em nossa cultura a ameaça "*eu mato fulana*" pode ser feita de modo leviano e até mesmo jocoso - no entanto, uma ameaça de morte precisa ser encarada com a devida gravidade, sempre que proferida por alguém com histórico comprovado de violência conjugal.

Dois dias antes de assassinar Gravelina, Leonel a espanca violentamente, utilizando uma tábua e um martelo. Embora ela tenha ficado internada, em decorrência desta surra, que apresentava características de tentativa de homicídio - recebendo 14 pontos em seu braço - nosso injusto sistema médico-legal considerou tal tipo de agressão como sendo *leve* o que atenuaria uma possível pena - pois a lei determina a lesão como leve sempre que o ferimento for tal que a vítima possa retornar ao trabalho em um prazo de um mês.

Mesmo sendo teoricamente procurado pela polícia por um delito que acabara de cometer, mesmo acompanhado de uma criança com a roupa manchada de sangue, mesmo tendo confessado que havia ferido sua mulher - *talvez ela estivesse até morta* - Leonel saiu livre do Fórum Judicial, sem que a polícia tenha sido acionada para prendê-lo em flagrante. Este teria sido o terceiro e último "pedido de ajuda" de Leonel a uma sociedade que pouco entende a respeito do fenômeno da violência doméstica e pouco faz por esta causa, encarando-a sem a devida seriedade.

Não se trata aqui de culpar pessoas individualmente, acusando-as de omissão, mesmo porque é muito cômoda a posição de análise após o fato. Além disto, quem conhece o volume de trabalho e as condições por vezes precárias ou tumultuadas e a falta de mão de obra em nosso sistema judiciário sabe que, apesar das melhores intenções, uma decisão errônea pode eventualmente acontecer. O que é importante ressaltar, entretanto, é que faltam, no Brasil, políticas públicas e amplos projetos nacionais e comunitários de prevenção da violência de gênero.

Na manhã seguinte Leonel matou sua esposa. Cometeu em seguida um outro grave delito que não foi sequer mencionado em seu processo criminal - abandonou sua filha de um ano, só, na casa, com um cadáver. O mesmo Leonel que, ironicamente, havia acusado Gravelina de maus-tratos em relação à H. é perversamente negligente com a mesma filha. No entanto, em nosso sistema judicial imperfeito ele foi condenado a uma pena modesta, passando a ser um homem livre menos de três anos após o homicídio de sua mulher.

Nossa sociedade continuou a falhar, desta feita, com os filhos de Gravelina - desamparados e, sem terem para onde ir, eles foram institucionalizados em um local que dificilmente atenderá todas as necessidades para que tenham um crescimento saudável. A descrição do estado emocional retrata o grau de sofrimento destas crianças e nos faz sentir preocupação sobre o prognóstico dos meninos E. e G. que parecem necessitar, com urgência, de um programa eficaz de apoio e intervenção terapêutica. De qualquer forma, a relação de sintomas problemáticos, apresentados pelos dois meninos, não chega a ser surpreendente, e está de acordo com a descrição da literatura sobre crianças expostas a violência conjugal (Holden, Geffner e Jouriles, 1998; Corrêa, 2000).

Talvez a criança que menos tenha sofrido seja o bebê que foi abandonado por Leonel na cena do crime - possivelmente porque não se recorde mais da mãe. No entanto, a imagem dramática de Gravelina morta, com a filha sugando seu seio, vai continuar a nos chocar, ensinando-nos a refletir sobre o que poderíamos ter feito para evitar a tragédia.

Não há imagem mais associada à maternidade, mais impregnada da noção de apego materno, do que a da mulher amamentando sua criança. Gravelina continuou a fornecer segurança e proteção à sua filha, horas depois de morta. Com a recém fundada Casa-Abrigo "Gravelina Terezinha Lemes" esperamos aprender com os erros do passado, para evitar, tanto quanto o possível, a existência de outras Gravelinas na cidade de São Carlos.

Referências Bibliográficas

- Corrêa, L.C. (2000) *O impacto da violência doméstica sobre a saúde mental das crianças*. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP.
- Holden, G.W., Geffner, R. e Jouriles, E.N. (1998) (Org). *Children exposed to Marital Violence: Theory, Research and Applied Issues*. Washington: American Psychological Association.
- Kaloustian, S.M., (Org.), (1998). *Família Brasileira: A base de tudo*. São Paulo: Cortez/Unicef.
- Ormeño, G.I.R. e Williams, L.C.A. (2000a). Subsídios para um programa de prevenção de violência doméstica com adolescentes de risco. [Resumo]. Em Sociedade Brasileira de Psicologia (org). Resumos de Comunicações Científicas. XXX Reunião Anual de Psicologia. Resumos (p.248). Brasília: SBP.
- Ormeño, G.I.R. e Williams, L.C.A. (2000b). Um perfil do homem agressivo: aspectos preventivos com adolescentes de risco. [Resumo]. Em Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental. (org). Resumos. IX Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental. Resumos.(p.60). Campinas: ABPMC.
- Pereira, C.L. (2000). Sete "Amélias" e a mesma tragédia. *Jornal da Unicamp*, 155, 12-13.
- Saffioti, H.I. (1999). A impunidade da violência doméstica. *Notícias Fapesp*. Jan.Fev.
- Saffioti, H.I.B. (1997). Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. Em M. Kuptskas (Org.) *Violência em debate*. São Paulo: Editora Moderna.
- Saffioti, H.I.B. & Almeida, S.S. (1995). *Violência de Gênero: Poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Sinclair, D. (1985). *Understanding wife assault: A training manual for counsellors and advocates*. Toronto: Publications Ontario.
- Soares, B.M. (1998). *Mulheres Invisíveis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Takiuti, A.D. (1996) A saúde da mulher adolescente. Em F.R. Madeira, (Org), *Quem Mandou Nascer Mulher?* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Unicef, pp. 213-290.
- Williams, L.C.A. e Corrêa, L.G. (2001) Efeitos da denúncia da mulher na violência física do parceiro: o que faz o homem parar de agredir a mulher? [Resumo] Em Associação Psicológica de Psicologia Clínica e da Saúde (org). Avanços recentes em psicologia clínica e da saúde. II Congresso Iberoamericano de Psicologia Clínica e da Saúde. Resumos.(p. 119). Guarujá, SP:APICSA.
- Williams, L.C.A., Gallo, A.E., Brino, R.F., Maldonado, D.A. e Basso, A.F.T. (no prelo). Oficina de psicologia para policiais da Delegacia da Mulher: um relato de experiência. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2, 2.



****Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams**, é professora da Universidade Federal de São Carlos, no Departamento de Psicologia e coordena o LAPREV (Laboratório de Análise e Prevenção da Violência).

*****Ilustrações de Mateus Rios**, aluno do curso de Imagem e Som, UFSCar.